



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 10/12/2006

CARGO 2: ANALISTA PROCESSUAL

MANHÃ

Caderno B

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno B — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **12/12/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.
- II **13 e 14/12/2006** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **17/1/2007** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado de Roraima e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – TJRR, de 13/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 1

- 1 A grande e principal tese de Paulo Prado — tese perturbadora — residia na sua convicção acerca da *tristeza* como traço definidor do caráter nacional. Tristeza resultante de causas
- 4 profundas, a exemplo do estilo português de colonizar, dos povos que aqui se mesclaram, das atitudes dos que ocuparam a terra, bem como dos gestos de seus habitantes originais. Tristeza
- 7 consolidada pelo espírito *romântico* de viver e pensar o mundo, consagrado no século XIX, a ensejar hipocrisias e a inibir iniciativas criadoras. Tristeza alastrada pelo território, de norte a
- 10 sul, e a atravessar a sociedade de alto a baixo, ricos ou pobres. Tristeza, imobilismo e arcaísmo somente superáveis por meio de uma revolução.

Ronaldo Vainfas. *In: Intérpretes do Brasil*, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 9.

Em relação ao texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Prejudica-se a correção gramatical do período ao se substituir “acerca da” (ℓ.2) por **cerca da**.
- Ⓑ O recurso enfático de iniciar a maior parte dos períodos com a mesma palavra, como ocorreu no texto acima, é inadequado para textos de correspondência oficial.
- Ⓒ As expressões “a ensejar” (ℓ.8), “a inibir” (ℓ.8) e “a atravessar” (ℓ.10) podem, sem prejuízo para a correção gramatical, ser substituídas por **ensejando**, **inibindo** e **atravessando**, respectivamente.
- Ⓓ O emprego de vírgula após “Tristeza” (ℓ.11) justifica-se para isolar apostro.

QUESTÃO 2

No caso de **Raízes do Brasil**, é mesmo possível traçar certo paralelismo entre a nostalgia que, para Sérgio Buarque, marcava os portugueses no trópico, e o “desamor à terra” que Paulo Prado, seguindo Capistrano, viu nos mesmos portugueses, agregando evidência à sua convicção sobre a melancolia que grassava no Brasil. Por outro lado, se é verdade que a noção de “homem cordial” como traço de caráter do brasileiro desenvolvida por Sérgio Buarque é bem mais complexa e diferente do que o “brasileiro melancólico” de Paulo Prado, aludindo aquele à recusa aos formalismos e ritualismos em favor de relações pessoais e emotivas, é possível estabelecer diálogo entre os dois conceitos. Estabelecer oposições e diferenças, mais que aproximações, pois em **Raízes** fala-se na dificuldade do brasileiro em aceitar autoridades e em **Retrato** pinta-se um brasileiro submisso.

Idem, ibidem p. 16 (com adaptações).

Em relação às idéias do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O ‘desamor à terra’ por parte dos portugueses agrega evidência à convicção de Paulo Prado em relação à melancolia do brasileiro.
- Ⓑ A nostalgia destacada por Sérgio Buarque é comparável ao “desamor à terra” visto por Paulo Prado nos portugueses.
- Ⓒ A noção de “homem cordial” desenvolvida por Sérgio Buarque envolve preferência por formalismos e ritualismos e recusa a relações pessoais e emotivas.
- Ⓓ Há diferenças entre **Raízes** e **Retrato**, pois o primeiro focaliza a dificuldade do brasileiro em aceitar autoridade, e o segundo fala de um brasileiro submisso.

QUESTÃO 3

- 1 No Brasil, as primeiras tentativas nacionalistas ligaram-se à declaração de independência dos Estados Unidos da América, onde frutificava, no campo prático, a
- 4 propaganda iniciada pela Enciclopédia e pelos livros incendiários de Voltaire, de Brissot e de Raynal, precursores da própria Revolução Francesa. De 1770 a
- 7 1800, as idéias prediletas de Jean-Jacques inspiraram e guiaram os movimentos revolucionários franco-americanos: soberania do povo, liberdade individual,
- 10 igualdade racial e política, infalibilidade da nação. Aparecem na Proclamação da Independência e na Constituição da Virgínia de 1776, assim como mais tarde,
- 13 em França, na Declaração dos Direitos do Homem. Até à apagada existência do Brasil colonial chegaram os ecos dessa renovação messiânica que abalava o mundo.

Idem, ibidem, p. 78 (com adaptações).

Considerando as estruturas lingüísticas e os sentidos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- I Em lugar de “Aparecem” (ℓ.11), estaria igualmente correta e de acordo com as idéias do texto a seguinte redação: Essas idéias aparecem.
- II A expressão “em França” (ℓ.13) pode, sem prejuízo para a correção gramatical, ser substituída por **na França**.
- III A palavra “messiânica” (ℓ.15) diz respeito a um movimento ou sistema ideológico que prega a salvação da humanidade por meio da entronização de um messias que pode ser um indivíduo, uma classe ou uma idéia.
- IV Não há emprego de vírgula após “messiânica” (ℓ.15) porque a oração subsequente tem natureza explicativa.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4.

QUESTÃO 4

As opções a seguir contêm trechos sucessivos de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ O progresso é uma indústria que, como na China, é explorada, em uma rápida absorção, pelos capitais estrangeiros e os poucos grupos financeiros nacionais que só cogita — como é natural — dos próprios interesses.
- Ⓑ Nesses oásis, e revivendo o tempo das bandeiras, tudo se deve à iniciativa privada.
- Ⓒ Foi o particular que desbravou a mata, que ergueu plantações, que estendeu pela terra virgem os trilhos dos caminhos de ferro, que fundou cidades, abriu fábricas, organizou companhias e importou o conforto da vida material.
- Ⓓ O poder público, pacientemente, esperou os frutos da riqueza semeada.

Opções adaptadas. *Idem, ibidem*, p. 93.

QUESTÃO 5

1 Uma poética da escassez e da negatividade enuncia-se em
Vidas Secas como uma contraposição ao pitoresco, ao
 descritivismo e ao gosto retórico presentes na tradição do
 4 romance da seca, desde o naturalismo do século XIX até o
 regionalismo dos anos 30. Além disso, o romance oferece um
 ponto de fuga em relação à maioria dos textos literários que, no
 7 período, desempenhavam a função de “desvendamento social” do
 Brasil, na medida em que problematiza, com rigor incomum,
 pressupostos identitários de integração nacional por eles
 10 formulados. Para tanto, desfaz as certezas da terceira pessoa
 narrativa, descentrando sua onisciência, e escolhe a forma
 descontínua como recurso de montagem textual.

Wander Melo Miranda. *In: Intérpretes do Brasil*, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 93 (com adaptações).

A partir das estruturas lingüísticas e dos sentidos do texto acima, assinale a opção correta.

- A A substituição do termo “enuncia-se” (l.1) por **é enunciado** mantém a correção gramatical do período.
- B A expressão “ponto de fuga” (l.6) tem o sentido de ponto de observação de uma perspectiva.
- C A correção gramatical do período estaria mantida caso se substituisse a expressão “na medida em que” (l.8) por **à medida em que**.
- D A palavra “onisciência” (l.11) está sendo empregada, no texto, com o significado de saber limitado, conhecimento restrito.

QUESTÃO 6

Os períodos contidos nas seguintes opções compõem ordenadamente um texto. Assinale a opção em que o período apresenta correção gramatical.

- A Se fôramos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que concluir contra Manuel Bonfim — indianófilo até a raiz dos cabelos —, pela quase insignificância desse esforço.
- B O que não é de estranhar, se considerarmos que a cultura americana ao tempo da descoberta era a nômade, a da floresta, e não ainda a agrícola; que o pouco da lavoura — mandioca, cará, milho, jerimum, amendoim, mamão — praticadas por algumas tribos menos atrasadas eram trabalhos desdenhados pelos homens — caçadores, pescadores, guerreiros.
- C A lavoura era entregue as mulheres, diminuídas assim na sua domesticidade pelo serviço de campo; tanto quanto os homens nos hábitos de trabalho regular e contínuo pelo de vida nômade.
- D Daí não terem as mulheres índias se revelado tão boas escravas domésticas quanto as africanas, que mais tarde as substituíram vantajosamente como cozinheiras e amas de menino, do mesmo modo que os negros aos índios como trabalhadores de campo.

Opções adaptadas de Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. *In: Intérpretes do Brasil*, v. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 315-6.

QUESTÃO 7

Os itens a seguir contêm trechos sucessivos de um texto. Julgue-os quanto à pontuação.

- I Através das informações de Léry, de Gabriel Soares, de Hans Staden, das crônicas dos jesuítas do século XVI, dos livros de Ives d’Evreux e de Claude d’Abbeville, vê-se, que, para a mulher tupi, a vida de casada era de contínuo trabalho: com os filhos, com o marido, com a cozinha, com os roçados.
- II Isto sem esquecermos as indústrias domésticas a seu cargo, o suprimento de água e o transporte de fardos. Mesmo grávida a mulher índia, mantinha-se ativa dentro e fora de casa, apenas deixando, de carregar às costas, os volumes extremamente pesados.
- III Mãe, acrescentava às suas muitas funções: a de tornar-se uma espécie de berço ambulante da criança, de amamentá-la, às vezes até aos sete anos, de lavá-la, de ensinar as meninas a fiar algodão e a preparar a comida.
- IV E eram de suas próprias mãos os utensílios de que se servia para fazer a comida, para guardá-la, para pisar o milho ou o peixe, moquear a carne, espremer raízes, peneirar as farinhas: os alguidares, as urupemas, as cuias, as cabaças de beber água, os balaaios.

Itens adaptados. *Idem, ibidem*, p. 337.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

QUESTÃO 8

1 O retrato da administração colonial mostra, de alto
 a baixo da escala administrativa, com raras exceções, a
 mais grosseira imoralidade e corrupção que domina
 4 desbragadamente. Os mais honestos e dignos delegados
 da administração régia são aqueles que não embolsam
 sumariamente os bens públicos, ou não usam dos cargos
 7 para especulações privadas, porque, de diligência e bom
 cumprimento dos deveres, nem se pode cogitar. Aliás, o
 próprio sistema vigente de negociar os cargos públicos
 10 abria naturalmente portas largas à corrupção. Eles eram
 obtidos e vendidos como a mais vulgar mercadoria.

Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. *In: Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 1.425 (com adaptações).

Em relação às estruturas lingüísticas e aos sentidos do texto acima, assinale a opção correta.

- A A expressão “a mais grosseira imoralidade e corrupção” (l.2-3) é complemento sintático de “escala administrativa” (l.2).
- B A palavra “diligência” (l.7) está sendo empregada, no texto, no sentido de assiduidade, pontualidade.
- C O sinal indicativo de crase em “à corrupção” (l.10) deve-se à regência de “negociar” (l.9) e à presença de artigo definido feminino acompanhando o substantivo “corrupção”.
- D O pronome “Eles” (l.10) retoma a expressão antecedente “os cargos públicos” (l.9).

QUESTÃO 9

1 A morte de Getúlio Vargas abriu em nosso flanco uma ferida secreta e incurável, mas, no plano político e malgrado alguma inquietação e angústia, a crise foi resolvida de forma bastante civilizada com a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República. Estava armada a equação de nossa futura história política, que, sendo, por alguns aspectos importantes, um
4 prolongamento do getulismo, era, pela orientação global, pelas perspectivas que abria e pelo espírito, uma ruptura definitiva com ele. Dir-se-ia que a destruição de Getúlio Vargas tinha sido o rito indispensável para que o país se desligasse para sempre do ciclo histórico e social iniciado com a Revolução de 1930.

Wilson Martins. *História da inteligência brasileira*. v. VII. São Paulo: T. A. Queiroz (Editor) p. 345 (com adaptações).

Considerando as estruturas lingüísticas e os sentidos do texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ O emprego de vírgulas logo após “mas” (ℓ.1) e “angústia” (ℓ.2) justifica-se por isolar um aposto explicativo.
- Ⓑ A substituição de “a crise foi resolvida” (ℓ.2) por **resolveu-se a crise** prejudica a correção gramatical do período e altera as informações originais.
- Ⓒ O emprego do pronome de primeira pessoa do plural em “nossa futura história política” (ℓ.3) introduz no texto as pessoas do autor e do leitor.
- Ⓓ Em “se desligasse” (ℓ.5), o pronome “se” é empregado como indeterminador do sujeito.

QUESTÃO 10

Os trechos a seguir constituem seqüencialmente um texto. Assinale a opção em que o período apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ A tradução de **Tristes Trópicos** veio incorporar Claude Lévi-Strauss ao circuito do pensamento brasileiro e, com ele, uma nova maneira de ver a realidade — buscando-lhe o sentido e a significação.
- Ⓑ **Tristes Trópicos** enriquecia a biografia intelectual do autor, mas era também a intelectualização da matéria brasileira em termos de estruturas mentais.
- Ⓒ A história deixava de ser sucessiva para ser sincrônica, não apenas porque as populações primitivas coexistiam materialmente com e na civilização, do século XX, mas também porque a noção enriquecedora de tempos simultâneos vinham concorrer com a idéia convencional do tempo cronológico e linear.
- Ⓓ Esse livro e os estudos posteriores de Lévi-Strauss introduziram, assim, um fator catalítico na evolução intelectual, igualmente operante na história do livro, da imprensa e da biblioteca.

Opções adaptadas. *Idem, ibidem*, p. 389.

QUESTÃO 11

1 O livro **Les Religions Africaines au Brésil**, de Roger Bastide, é a obra suprema a respeito do fenômeno religioso em nosso país (e não apenas no que se refere aos cultos
4 negros), cuja verdadeira natureza, aliás, é mais bem expressa pelo subtítulo do que pelo título: trata-se de uma “sociologia das interpenetrações de civilizações”, na qual
7 as religiões africanas aparecem, ao mesmo tempo, como exemplo privilegiado e como elemento de demonstração ilimitadamente generalizável; no caso, elas importam por
10 serem religiões, não por serem africanas, sem prejuízo, bem entendido, de sua inegável individualidade como religiões africanas.

Idem, ibidem, p. 431 (com adaptações).

Com base nas estruturas sintático-semânticas do texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A substituição de “a respeito do” (ℓ.2) por **sobre o** prejudica a correção gramatical do período.
- Ⓑ A expressão “cuja verdadeira natureza” (ℓ.4) refere-se a “cultos negros” (ℓ.3-4).
- Ⓒ Pelas informações do texto, pode-se considerar o livro de Roger Bastide um tratado a respeito das religiões africanas.
- Ⓓ Na linha 9, a substituição do sinal de ponto-e-vírgula por ponto final, com modificação da minúscula para maiúscula em “no caso”, mantém a correção gramatical do texto.

Texto para as questões de 12 a 14

1 Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo “sentido”. Esse se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos
4 essenciais que a constituem em um largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem,
7 muitas vezes, confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e
10 dirigida sempre em uma determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja, aliás, qual for o momento ou o
13 aspecto dela que interesse, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo do historiador, por mais
16 particularista que seja.

Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a
19 individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada ao caso. É somente aí que ele
22 encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela da humanidade para estudá-la à parte.

Caio Prado Júnior. *Op. cit.*, p. 1.130 (com adaptações).

QUESTÃO 12

Considerando as estruturas lingüísticas e os sentidos do texto, assinale a opção correta.

- A Na linha 2, o pronome “Esse” retoma a idéia antecedente de ‘sentido’.
- B Em “que a constituem” (l.4), o pronome “a” retoma o antecedente “sua evolução” (l.1).
- C Os pronomes “o” (l.5) e “ele” (l.8) retomam a idéia de “um largo período de tempo” (l.4), que, por sua vez, retoma a expressão “sua história” (l.2-3).
- D Em “que se deve” (l.10-11), o termo “se” tem valor reflexivo.

QUESTÃO 13

Ainda com base nas estruturas lingüísticas e nos sentidos do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A Em “aspecto dela” (l.13), “dela”, contração de preposição e pronome, refere-se a “história de um povo” (l.12).
- B Segundo o texto, os objetivos do historiador devem ser os incidentes secundários, os detalhes e os aspectos menores da história de um povo.
- C O pronome “ela” (l.18) retoma o antecedente “Tal indagação” (l.17).
- D Na linha 20, o emprego de vírgula após “povo”, “país” e “nação” justifica-se para isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

QUESTÃO 14

A respeito das características textuais e das estruturas lingüísticas do texto, assinale a opção correta.

- A Como se trata de tema relativo à história, o texto é predominantemente narrativo.
- B O nível de linguagem do texto está adequado a uma correspondência oficial, como um parecer, em vista da objetividade e impessoalidade das escolhas lexicais e sintáticas.
- C Na linha 21, o termo “aí” refere-se a “caso”.
- D Na linha 22, o emprego de “lhe” justifica-se, uma vez que “permite” é verbo intransitivo.

QUESTÃO 15

1 Saint-Hilaire, viajando pelo Brasil em princípio do século XIX, notará, com a acuidade de sua visão, a extrema mobilidade da população brasileira. A preocupação
4 dominante das zonas novas já existia então: emigrava-se às vezes por nada, e com simples e vagas esperanças de outras perspectivas. Todo mundo imaginava sempre que havia um
7 ponto qualquer em que se estaria melhor que no presente. Pensamento arraigado e universal que nada destruía, nem experiências nem fracassos sucessivos. Isto que
10 impressionava o viajante francês, habituado a um continente em que havia séculos o povoamento se estabilizara, é a feição natural de todo território semivirgem da presença humana,
13 onde a maior parte da área ainda está por ocupar e onde as formas de atividade mais convenientes para o homem ainda não foram encontradas; onde, em uma palavra, o indivíduo
16 não se ajustou bem ao seu meio, compreendendo-o e dominando-o.

Idem, ibidem, p. 1.179 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, assinale a opção correta.

- A As vírgulas após “Saint-Hilaire” (l.1) e “século XIX” (l.2) justificam-se por isolar oração com valor substantivo.
- B O emprego da forma verbal “notará” (l.2) indica que o autor escreveu o texto antes da ocorrência relatada.
- C A substituição de “em que” (l.7) por **no qual** mantém a correção gramatical do período.
- D Em “compreendendo-o e dominando-o” (l.16-17), as duas ocorrências de “o” retomam o antecedente “indivíduo” (l.15).

QUESTÃO 16

Entre as opções abaixo, que, em seu conjunto, constituem um texto, assinale a que apresenta **erro** gramatical.

- A A história registra muitas questões insolúveis, do mesmo modo que temas controversos. Não seria o caso de tentar inventariá-los.
- B De todos os modos, há circunstâncias que não podem deixar de ser referidas por sua relevância. A principal controvérsia diz respeito ao papel dos jesuítas.
- C Varnhagen afirmou que “justo é reconhecer que a Ordem prestou ao Brasil alguns serviços, bem como, por outro lado, parcialismo ou demência seria negar, quando os fatos evidenciam que, por vezes, pela ambição e orgulho de seus membros, chegou à provocar no país não poucos distúrbios.”
- D O desdobramento dessa hostilidade seria a expulsão dos jesuítas de nosso país, não se podendo perder de vista que o fenômeno ocorreu em outras nações, culminando com a própria extinção da Ordem, determinada pelo Vaticano.

Opções adaptadas de Antonio Paim. **Momentos decisivos da história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 35.

QUESTÃO 17

Nas últimas décadas do século XVII, o comércio de especiarias, efetivado pela Coroa Portuguesa com o Oriente, reduziu-se drasticamente, não só pela concorrência de outras nações que despontavam no norte da Europa como pela retomada das caravanas que cruzavam o Oriente Médio para alcançar portos do Mediterrâneo.

Antonio Paim. *Op. cit.*, p. 73 (com adaptações).

Assinale a opção em que o trecho constitui continuação coesa, coerente e gramaticalmente correta para o texto acima.

- A Lembra que a participação dos entrepostos dos Países Baixos no comércio do açúcar, em fins do século XVI e começos do seguinte, é conhecida. E acrescenta: “Menos conhecida é a contribuição dos comerciantes e financistas portugueses de Lisboa.”
- B Com exceção de parte reduzida dos comerciantes portugueses que se dedicavam ao mister, as principais fortunas de Lisboa retiraram-se do chamado comércio com a Índia.
- C Acrescenta que os portugueses também acumularam capital, de modo significativo, e investiram no Brasil e no comércio com o Atlântico. Pernambuco, a primeira e maior região produtora de açúcar no Brasil, e também a mais rica, desenvolveu-se por um conjunto de famílias portuguesas, originárias do Porto e de Lisboa, com experiência de cultivo de cana na Madeira.
- D Esclarecendo que, embora este tivesse continuado, voltando-se para outras mercadorias (seda, porcelana e produtos exóticos), “a contribuição mais original dos comerciantes privados portugueses consistiu no desenvolvimento do Brasil e na constituição da rede comercial que ligou o Brasil, a África, a Ásia e a América Espanhola”.

QUESTÃO 18

Entre as opções a seguir, que se encadeiam formando um texto, assinale a que contém **erro** gramatical.

- A Entre as últimas décadas do século XVI e meados do século XVII criaram-se no litoral brasileiro, sobretudo no Nordeste, uma civilização florescente em torno da produção açucareira.
- B Naquele período, o Brasil chegou a responder por cerca de 80% da oferta mundial de açúcar. Havia, anteriormente, em alguns pontos do país, produção artesanal daquela mercadoria.
- C Entretanto, o que teve lugar no Recôncavo Baiano e no litoral pernambucano foi algo de muito diverso: a implantação de grandes engenhos, que requereu vultosos investimentos.
- D A liderança da iniciativa esteve a cargo dos cristãos-novos, os judeus convertidos à força. Essa conversão forçada tivera lugar ainda em fins do século XV e fora conseqüência de uma imposição da Espanha, por motivos não plenamente esclarecidos.

Opções adaptadas de Antonio Paim. *Op. cit.*, p. 49.

Texto para as questões 19 e 20

1 Na época atual, embora a avareza ou o ócio devam
continuar merecendo a nossa condenação, no seio dos
detentores da riqueza (ou dos que se proponham a alcançá-la),
4 há uma figura digna de ser exaltada: o *empresário*. Pela razão
muito simples de que agora estamos diante de uma sociedade
de abundância (ao contrário da sociedade primitiva, vitimada
7 pela escassez) e a única maneira de a imensa maioria ter
acesso à variada gama de bens e serviços disponíveis na
sociedade é por intermédio do emprego. E ainda que a busca
10 da riqueza pelo empresário não vise diretamente ao bem-estar
geral, ao propiciar novos empregos, ele está desempenhando
função primordial na economia.

Antonio Paim. *Op. cit.*, p. 290 (com adaptações).

QUESTÃO 19

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

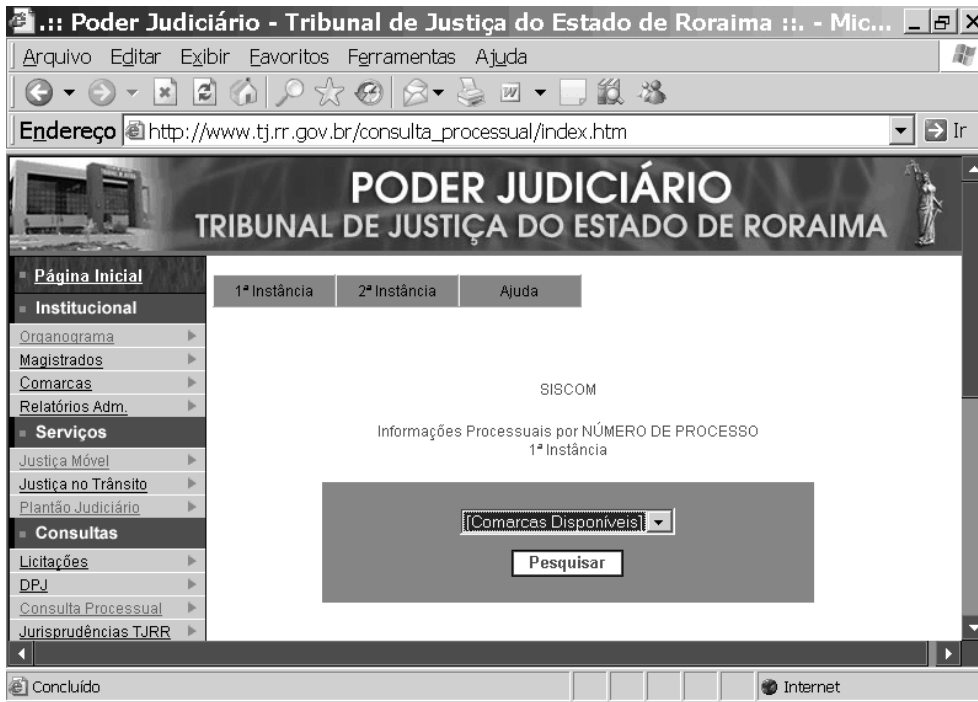
- A O emprego de “nossa” (l.2) e de “estamos” (l.5) confere subjetividade ao texto, tornando a linguagem nele utilizada inadequada para documentos oficiais.
- B Na linha 3, a substituição dos parênteses por vírgulas prejudica a correção gramatical do texto.
- C Nas linhas 6 e 7, a substituição dos parênteses por travessões prejudica a coesão e a coerência do período.
- D Mantêm-se a correção gramatical e as idéias originais do texto ao se substituir o termo “ainda que” (l.9) por qualquer um dos seguintes: mesmo que, embora, conquanto.

QUESTÃO 20

Em relação às idéias do texto, assinale a opção correta.

- A A avareza e o ócio são características da época a que o texto se refere.
- B No seio dos detentores da riqueza, o empresário é o símbolo da avareza.
- C O emprego permite que a maioria tenha acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade.
- D Ao propiciar novos empregos, o empresário visa diretamente ao bem-estar geral da sociedade.

QUESTÃO 21







Desejando obter informações acerca de um processo, um indivíduo acessou o sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima — <http://www.tj.rr.gov.br> — e, após algumas operações de navegação, obteve a página *web* mostrada na janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada na figura acima.

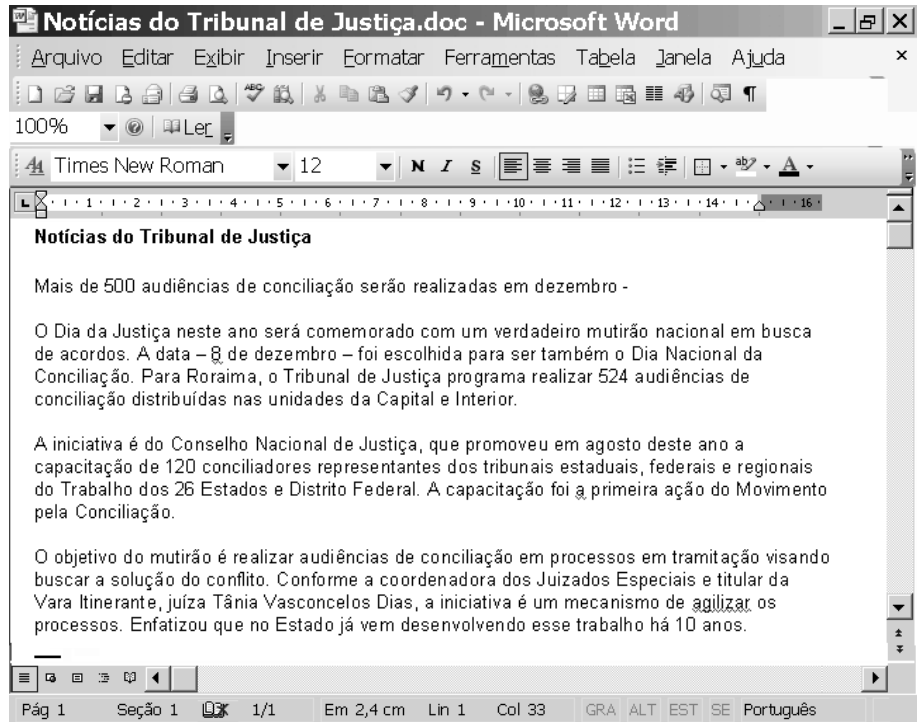
Considerando essa figura e conceitos relativos à Internet, assinale a opção que apresenta o protocolo utilizado para se obterem informações processuais por número do processo.

- A** POP3.
- B** SMTP.
- C** HTTP.
- D** IRC.

QUESTÃO 22

A figura ao lado ilustra uma janela do Word 2000, que contém parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.tj.rr.gov.br>. Considerando essa figura, assinale a opção que descreve o procedimento para obter uma formatação justificada do texto.

- A** Selecionar o texto e clicar 
- B** Selecionar o texto e clicar 
- C** Selecionar o texto e clicar 
- D** Selecionar o texto e clicar 



QUESTÃO 23

No que se refere ao navegador Internet Explorer 6 (IE6), assinale a opção correta.

- A Não é possível imprimir as figuras apresentadas em um sítio.
- B Existe apenas uma forma de localizar sítios na Internet com a utilização do IE6.
- C Uma vantagem de colocar sítios como favoritos no IE6 é a possibilidade de acessá-los sem conectar a Internet.
- D Se o usuário estiver prestes a enviar informações sigilosas, como o número do cartão de crédito, a um sítio não-seguro, o IE6 poderá avisá-lo de que o sítio não é seguro.

QUESTÃO 24

No Word 2000, uma das opções para guardar o arquivo com outro nome é clicar o *menu* Arquivo e selecionar

- A Salvar.
- B Salvar Especial.
- C Salvar Como.
- D Novo.

QUESTÃO 25

Considerando o Outlook Express (OE), assinale a opção correta.

- A Para se encaminhar um arquivo anexo a uma mensagem é necessário salvá-lo no formato xlm.
- B No OE, é possível criar um modelo de *e-mail* padrão.
- C O limite para se encaminhar mensagem com anexo no OE é de 100 kb.
- D No OE, não é possível trabalhar no modo *offline*.

QUESTÃO 26

Assinale a opção que descreve uma área do Outlook Express conveniente para armazenar informações sobre contatos e que é de recuperação fácil por meio de outros programas.

- A Lista de pessoas
- B Catálogo de contatos
- C Contatos
- D Catálogo de endereços

QUESTÃO 27

Assinale a opção que apresenta medida de segurança correta em relação aos dados do computador.

- A Para fazer o *backup* é importante copiar os arquivos para o *plugin*.
- B Uma medida correta de segurança dos arquivos é copiá-los para o *boot*.
- C Para fazer *backup* dos arquivos mais utilizados é importante compactá-los e copiá-los para outro computador.
- D A compactação deve ser feita utilizando o roteador.

QUESTÃO 28

Para que um documento do Word seja numerado em todas as páginas, exceto na primeira, deve-se desmarcar a opção correspondente na

- A opção Números de páginas do *menu* Inserir.
- B aba Margens, em Configurar página, no *menu* Arquivo.
- C aba Editar, em Ferramentas, no *menu* Arquivo.
- D opção Cabeçalho e rodapé do *menu* Formatar.

QUESTÃO 29

Para colocar cabeçalho e rodapé em uma planilha do Excel deve-se clicar a opção do *menu*

- A Inserir.
- B Formatar.
- C Dados.
- D Arquivo.

QUESTÃO 30

A função da ferramenta  do Excel 2003 é

- A formatar o segundo plano da célula.
- B realizar AutoSoma de dados da planilha.
- C copiar o formato de um texto para outra célula.
- D criar um *link* com uma página na Internet.

QUESTÃO 31

O Windows Explorer pode

- A impedir a invasão de vírus no computador.
- B gerar arquivos de documentos de segurança no formato xst.
- C enviar e receber arquivos por meio da opção do *menu* Ferramentas.
- D criar pastas e organizar arquivos.

QUESTÃO 32

As extensões de nome de arquivo

- A indicam o tamanho do arquivo.
- B indicam a quantidade de informações que podem ser armazenadas no arquivo.
- C encontram-se após o ponto de um nome de arquivo e indicam o tipo de informação armazenada nele.
- D encontram-se sempre ocultas, mas apresentam informações referentes ao tamanho e ao tipo do arquivo.

QUESTÃO 33

O utilitário do Windows XP que ajuda a criar uma cópia das informações no disco rígido é o(a)

- A *backup*.
- B central de controle.
- C configurador.
- D gerenciador de sistemas.

QUESTÃO 34

A *intranet* é um(a)

- A rede mundial de computadores que permite o envio de qualquer tipo de informação.
- B rede dentro de uma organização que usa tecnologias e protocolos da Internet, mas está disponível somente para determinadas pessoas, como os funcionários de uma empresa.
- C rede mundial com muitos segmentos de rede conectados por roteadores.
- D um serviço oferecido pela Internet que permite a comunicação *online*.

QUESTÃO 35

Para transferir uma planilha do Excel para o Word são utilizados os recursos Copiar e Colar. Ao copiar os dados, eles são transferidos para

- A a área de arquivos.
- B o armazenador de dados.
- C a área de transferência.
- D os arquivos de programas.

QUESTÃO 36

Antônio ajuizou ação de indenização contra o município de Boa Vista – RR em razão de abaloamento entre veículo da fazenda pública local e seu automóvel, por culpa exclusiva do servidor público que dirigia caminhonete da Secretaria de Saúde. O carro do município foi comprado com dinheiro de convênio administrativo celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que é uma fundação federal.

Considerando a situação hipotética acima, e em face do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta.

- A A causa em apreço será julgada pelo juiz de direito da 2.^a Vara Cível da Comarca de Boa Vista.
- B As ações contra o município de Boa Vista, desde que de natureza indenizatória, são processadas e julgadas pelos juízes de direito da 4.^a, 5.^a e 6.^a Varas Cíveis da capital.
- C A circunstância de o carro do município ter sido comprado com verba federal implicará que a FUNASA deverá ser parte no processo, retirando a competência da justiça estadual.
- D De acordo com o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR), a causa em questão deverá ser julgada pelo juiz da 1.^a Vara Cível de Boa Vista.

QUESTÃO 37

Em relação às formas de provimento de cargos públicos no estado de Roraima, assinale a opção correta.

- A A posse implica efetivo desempenho das atribuições de cargo público ou de função de confiança.
- B Não é possível a posse em cargo público, mediante procuração, ainda que esta seja específica.
- C O servidor que assumiu pela primeira vez um cargo público em decorrência de concurso público, se não for aprovado no estágio probatório, será demitido.
- D A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção oficial.

QUESTÃO 38

No que se refere às licenças que são direito do servidor, assinale a opção correta.

- A É legal o ato administrativo que concede licença para tratar de assuntos particulares, pelo período de um ano, para servidor que retornou há seis meses, de viagem de estudo ao exterior, em que cursou mestrado por dois anos.
- B A licença por motivo de doença de pessoa da família é concedida sem remuneração.
- C A licença para tratar de assuntos particulares será concedida sempre no interesse da administração, somente aos servidores de cargo efetivo estáveis, por até três anos consecutivos e sem remuneração.
- D A licença de servidor para atividade política que vise concorrer a mandato público é concedida sem remuneração.

QUESTÃO 39

Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A** Um médico da secretaria de saúde estadual pode cumular seu cargo com o de professor de matemática da Prefeitura de Boa Vista.
- B** O servidor que praticar crime contra a administração pública será, após procedimento administrativo, exonerado.
- C** A inassiduidade habitual, apta a ensejar perda de cargo público, é aquela caracterizada pela ausência sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- D** A ação disciplinar prescreve em dois anos para as infrações punidas com advertência.

QUESTÃO 40

No que se refere ao processo administrativo disciplinar dos servidores públicos estaduais, assinale a opção correta.

- A** O servidor afastado preventivamente para que não exerça influência em procedimento administrativo disciplinar não perde o direito à sua remuneração durante o período de afastamento.
- B** A comissão do processo administrativo disciplinar será formada por três servidores, dos quais pelo menos dois deverão ser estáveis.
- C** O inquérito administrativo disciplinar obedece ao princípio inquisitório, vedando-se o acesso do acusado aos elementos de investigação da comissão disciplinar.
- D** É facultado, no inquérito administrativo, que a testemunha traga o seu depoimento por escrito.

QUESTÃO 41

Acerca da organização do TJRR, assinale a opção correta.

- A** Os conflitos de competência são julgados pelo Pleno do tribunal.
- B** O corregedor-geral de justiça ficará dispensado das funções normais nos julgamentos, salvo nas questões relativas à competência do Pleno e do Conselho da Magistratura.
- C** A Câmara Única é constituída de cinco desembargadores, sendo a Turma Cível presidida pelo presidente do tribunal, que funcionará apenas como vogal, e a Turma Criminal presidida pelo vice-presidente do tribunal, a quem caberá metade dos feitos distribuídos aos demais membros da Turma.
- D** A Turma Criminal julgará as ações rescisórias dos próprios acórdãos.

QUESTÃO 42

Quanto ao Conselho da Magistratura, assinale a opção correta.

- A** O Conselho da Magistratura é composto pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo desembargador mais antigo do TJRR.
- B** Compete ao Conselho da Magistratura julgar os recursos interpostos contra as decisões do corregedor-geral de justiça.
- C** Compete ao Conselho da Magistratura julgamento de mandado de segurança contra decisões do presidente do tribunal.
- D** Competem ao Conselho da Magistratura as exceções de suspeição e de impedimento ajuizadas contra desembargadores do tribunal.

QUESTÃO 43

Com referência aos atos e termos do TJRR, assinale a opção correta.

- A** O presidente do tribunal expedirá provimento com a finalidade de uniformizar a aplicação de dispositivo de lei.
- B** O corregedor-geral de justiça expedirá decretos judiciais para disciplinar o estágio probatório dos juizes de direito substitutos.
- C** Os atos ordinatórios dos feitos judiciais não poderão ser delegados aos serventuários de justiça.
- D** Serão consignadas em forma de resolução as decisões do Pleno do tribunal sobre propostas de lei de sua iniciativa.

QUESTÃO 44

No que concerne à ordem dos serviços no TJRR, assinale a opção correta.

- A** A Câmara Única reunir-se-á em sessão ordinária na primeira e na terceira terça-feira do mês.
- B** Os conflitos de competência preferem aos mandados de segurança na ordem de preferência de julgamento.
- C** Os processos constantes de pauta e não julgados deverão ser objeto de nova intimação para o fim de possibilitar a sustentação oral dos advogados da causa.
- D** Antes da distribuição, serão certificados nos autos os nomes dos juizes que tenham funcionado no primeiro grau, bem como o impedimento de qualquer desembargador.

QUESTÃO 45

No que se refere aos julgamentos no TJRR, assinale a opção correta.

- A** Nas ações penais originárias, o prazo para sustentação oral será de uma hora, prorrogável pelo tribunal.
- B** Nos julgamentos, o pedido de vista de um dos desembargadores implica que os demais integrantes do colegiado não poderão votar até o retorno da discussão pelo que pediu vista.
- C** A sustentação oral nos agravos terá duração de dez minutos.
- D** A publicação da pauta de julgamento de processo cível no Diário do Poder Judiciário será feita com antecedência mínima de dez dias.

QUESTÃO 46

Com relação à organização e ao funcionamento do TJRR, assinale a opção correta.

- A** O presidente do TJRR não exerce funções judicantes; sua atuação está adstrita à atividade de natureza administrativa.
- B** O presidente do TJRR, ordinariamente, não participa das sessões da Câmara Única.
- C** O Conselho Pleno julga as infrações penais praticadas pelo presidente do TJRR.
- D** O presidente do TJRR é órgão do Poder Judiciário desse estado, assim como o são os desembargadores, os juízes de direito e os seus substitutos.

QUESTÃO 47

Com relação ao Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta.

- A** O tribunal de justiça é composto de 9 desembargadores.
- B** Entre os integrantes do tribunal de justiça incluem-se dois desembargadores indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e dois que ocupam vagas de ex-integrantes do Ministério Público Estadual.
- C** O presidente da Câmara Única, em suas ausências, deve ser substituído pelo presidente do tribunal.
- D** Ao tribunal de justiça é atribuído o tratamento de “Egrégio” e aos seus membros, o de “Excelência”.

QUESTÃO 48

Acerca das eleições no TJRR, assinale a opção correta.

- A** É vedada a reeleição para presidente do tribunal.
- B** O corregedor é eleito em escrutínio secreto do qual participam todos os magistrados estaduais.
- C** O corregedor, após eleito, poderá recusar a aceitação do cargo.
- D** O Regimento Interno prevê a possibilidade de um desembargador concorrer simultaneamente em eleições para presidente e para corregedor.

QUESTÃO 49

Ainda acerca do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção certa.

- A** As atribuições conciliatórias do juiz de paz de natureza jurisdicional exigem a presença de advogado.
- B** Os juízes de paz devem receber o mesmo subsídio dos juízes de direito.
- C** O alistamento dos jurados deve ser feito no mês de outubro de cada ano, pelo presidente do júri, sendo a respectiva lista publicada no mês seguinte.
- D** O sorteio dos jurados do tribunal do júri deve ser feito com antecedência de uma semana do julgamento.

QUESTÃO 50

Em relação à justiça militar, assinale a opção correta.

- A** O juiz auditor, em suas ausências e impedimentos, deve ser substituído pelo juiz de vara cível mais antigo na capital do estado de Roraima.
- B** O Ministério Público não tem assento no Conselho Permanente de Justiça.
- C** Em eventual julgamento do comandante-geral da Polícia Militar, o Conselho Especial de Justiça deve ser integrado por um desembargador especialmente convocado, pelo chefe do Estado-Maior e pelo coronel mais antigo no posto.
- D** O Conselho Especial de Justiça é constituído por um juiz auditor e por dois oficiais de posto superior ou igual ao do acusado e com mais antiguidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 51

Julgue as os itens a seguir, a respeito do conceito de Constituição.

- I Com o advento da positivação, a sociedade começou a conhecer a proliferação do conceito de Constituição como um documento escrito.
- II O conceito moderno de Constituição acentua a presença de um texto sobre a forma de organização estatal e os direitos fundamentais.
- III Segundo o conceito jurídico, a Constituição pode ser considerada como o estatuto jurídico do político ou como um sistema aberto de regras e princípios.

Assinale a opção correta.

- A Apenas um item está certo.
- B Apenas dois itens estão certos.
- C Todos os itens estão certos.
- D Nenhum item está certo.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta acerca dos limites da reforma constitucional no Brasil.

- A Os parlamentares têm legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizem com o processo legislativo constitucional.
- B A enumeração das chamadas cláusulas pétreas constitucionais é passível de ampla interpretação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- C O conteúdo das garantias de eternidade previstas na Constituição somente pode ser alcançado mediante interpretação literal.
- D As cláusulas pétreas podem ser invocadas para sustentar tese de inconstitucionalidade de normas constitucionais provenientes do poder constituinte originário, pois, conforme variação de sua importância, as normas constitucionais podem ser divididas em normas inferiores e normas superiores, podendo estas últimas ser utilizadas como parâmetro de aferição de constitucionalidade de outras normas constitucionais originárias.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta acerca do controle de constitucionalidade que pode ser exercido pelo STF em casos de inconstitucionalidade por ação.

- A Não compete ao STF processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal, frente à Constituição, mas, se a norma impugnada derivar da competência legislativa municipal que o Distrito Federal (DF) exerce, será cabível o controle de constitucionalidade.
- B Não há prazo de decadência para a representação de inconstitucionalidade.
- C A súmula, por apresentar as características de ato normativo, está sujeita à jurisdição constitucional concentrada.
- D A ação direta de inconstitucionalidade é suscetível de desistência, o que contempla a situação em que o seu autor considera inconveniente a manutenção da ação.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta acerca da doutrina constitucional dos direitos fundamentais.

- A A autonomia privada dos cidadãos pode ser exercida em detrimento de direitos e garantias fundamentais de terceiros, pois a força normativa dos direitos e das garantias fundamentais só se impõe nas relações entre o Estado e os particulares, e não, nas relações privadas.
- B É incabível a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, ainda que invocados os limites estabelecidos pela própria Constituição.
- C Os direitos de segunda geração são aqueles que compreendem as liberdades clássicas negativas dos cidadãos, como os seus direitos civis e políticos.
- D Os direitos de terceira geração materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento dos direitos humanos.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta sobre a temática dos direitos de nacionalidade como previstos constitucionalmente.

- A A nacionalidade primária ou originária é aquela que resulta do *status* de brasileiro naturalizado.
- B A gravidade do crime cometido no exterior por brasileiro nato, a depender das circunstâncias e da natureza do delito, pode justificar a sua extradição, pelo Brasil, a pedido de governo estrangeiro.
- C É prescindível o uso do idioma nacional nos atos processuais em que Estado estrangeiro solicite a extradição de um seu nacional, incidindo, nesse caso, hipótese que excepciona a própria soberania nacional, que se faz notar com a regra que proclama ser a língua portuguesa o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- D A perda da nacionalidade brasileira somente pode ocorrer nas hipóteses taxativamente definidas na Constituição da República, não se revelando lícito ao Estado brasileiro, mediante tratados ou convenções internacionais, inovar nesse tema, para ampliar ou modificar os casos autorizadores da privação da condição político-jurídica de nacional do Brasil.

QUESTÃO 56

Sobre as várias projeções constitucionais do direito de liberdade, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito à livre expressão não pode abrigar manifestações de conteúdo imoral que impliquem ilicitude penal. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso, devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal, daí porque escrever, editar, divulgar e comerciar livros fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias contra a comunidade judaica, por exemplo, é atuação que pode ser vedada, com base nos princípios constitucionais.
- Ⓑ A comunicação de fatos graves que teriam sido praticados no âmbito da administração pública, por meio de delação anônima, não pode, de nenhuma forma, ser admitida, por contrastar com a vedação do anonimato, como prevista na Constituição.
- Ⓒ A prerrogativa do sigilo da fonte qualifica-se como privilégio de ordem pessoal que pode ser oponível por jornalistas a quaisquer órgãos ou autoridades do poder público, não importando a esfera em que se situe a atuação institucional dos agentes estatais interessados.
- Ⓓ A intransmissibilidade da pena não chega ao ponto de impedir que, por decisão judicial, se permita ao condenado fazer-se substituir por terceiro, ainda que estranho ao ilícito penal, na prestação de serviços à comunidade.

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.

- Ⓐ Desavenças internas na organização do Ministério Público não podem afetar a unidade da instituição, de modo que, quando o procurador-geral da República promove o arquivamento de um inquérito que apure conduta criminosa, não pode o seu sucessor oferecer denúncia pelo mesmo fato sem que novas provas tenham surgido.
- Ⓑ O ato processual de oferecimento da denúncia praticado, em foro incompetente, por um representante do Ministério Público exige, para ser válido e eficaz, ratificação por outro membro, do mesmo grau funcional e do mesmo Ministério Público, apenas lotado em foro diverso e competente, porque o foi em nome da instituição, que é una e indivisível.
- Ⓒ O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União é uma instituição que integra o Ministério Público da União.
- Ⓓ Não cabe ao Poder Judiciário, em substituição ao membro do Ministério Público, formular juízo em torno da necessidade, ou não, da adoção de medidas probatórias reputadas indispensáveis, pelo *dominus litis*, à formação de sua convicção a propósito da ocorrência de determinada infração penal. Muito menos está autorizada a possibilidade de controle jurisdicional sobre a licitude de tais diligências de caráter instrutório.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta a respeito da configuração constitucional da Advocacia Geral da União (AGU).

- Ⓐ O regime normativo das carreiras da AGU aponta para uma racionalização, no âmbito da AGU, do desempenho de seu papel constitucional por meio de uma diferença substancial entre os seus cargos, de modo a verificar-se incompatibilidade funcional e remuneratória, além da diferença dos requisitos exigidos em concurso.
- Ⓑ A AGU é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- Ⓒ A AGU tem por chefe o advogado-geral da União, indicado em lista tríplice encaminhada pela instituição para escolha e nomeação pelo presidente da República entre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada que façam parte de uma das carreiras da AGU.
- Ⓓ Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe aos advogados da União, observado o disposto em lei.

QUESTÃO 59

Assinale a opção **incorreta** acerca das regras constitucionais que versam sobre ciência e tecnologia.

- Ⓐ A pesquisa tecnológica deve voltar-se preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- Ⓑ Contrasta com os princípios constitucionais a deliberação de estados e do DF de vincularem parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- Ⓒ O mercado interno integra o patrimônio nacional e deve ser incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico da população.
- Ⓓ A lei deve apoiar e estimular as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

QUESTÃO 60

Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No Brasil, a improbidade administrativa alcança desde o desvio de dinheiro público até os atos de grave ineficiência funcional.
- Ⓑ A configuração de um ato ímprobo passa por um processo de adequação típica, diante das ações e penas previstas na lei de improbidade administrativa.
- Ⓒ A Lei de Improbidade Administrativa (LIA) não possui normas que necessitem ser complementadas por outras regras ou princípios a partir de legislações setoriais, pois as previsões sancionadoras da LIA não podem ser interpretadas de forma extensiva.
- Ⓓ A improbidade compreende três tipos básicos de atos detalhados na LIA: aqueles que comportam enriquecimento ilícito no exercício ou em razão das funções públicas; aqueles que produzem lesão ao erário e aqueles que atentam contra os princípios que presidem a administração pública.

QUESTÃO 61

Sobre a temática da criança e do adolescente prevista na Constituição Federal de 1988 e na legislação pertinente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A divulgação total ou parcial, por qualquer meio de comunicação, de nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou ao adolescente a que se atribua ato infracional configura publicidade indevida, que permite a suspensão da programação da emissora, bem como da publicação do periódico.
- Ⓑ O Brasil, ao tipificar o crime de tortura contra crianças ou adolescentes, revelou-se fiel aos compromissos que assumiu na ordem internacional. O legislador brasileiro, ao conferir expressão típica a essa modalidade de infração delituosa, deu aplicação efetiva ao texto da Constituição Federal, que impõe ao poder público a obrigação de proteger os menores contra toda a forma de violência, crueldade e opressão.
- Ⓒ Em idade em que contam com razoável compreensão do mundo, assiste aos adolescentes o direito de serem ouvidos e de terem as suas opiniões consideradas quanto à permanência nesta ou naquela localidade, neste ou naquele meio familiar e, por consequência, de permanecerem na companhia deste ou daquele ascendente, desde que inexistam motivos morais que afastem a razoabilidade da definição. Não configura, porém, constrangimento ilegal a determinação no sentido de, peremptoriamente, voltarem a determinada localidade, objetivando a permanência sob a guarda de um dos pais.
- Ⓓ É lícito, sobretudo em processo de execução socioeducativa, substituir medida de semiliberdade, imposta em processo de conhecimento, por internação sem prazo determinado, à conta de novo ato infracional do adolescente.

QUESTÃO 62

A respeito da evolução histórico-jurídica da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a concepção absolutista, a responsabilidade civil do Estado tinha base em relação paritária entre as pessoas e o Estado, o que permitia a responsabilização do Estado pela doutrina do risco integral.
- Ⓑ A fase da responsabilidade objetiva do Estado teve por base as doutrinas civilistas surgidas na França, com forte influência na conceituação dos atos da administração em atos de império e atos de gestão.
- Ⓒ A fase da publicização da culpa administrativa foi uma fase que antecedeu a doutrina da irresponsabilidade administrativa do Estado.
- Ⓓ A atual fase da responsabilidade objetiva do Estado foi materializada como nova concepção com o julgamento do caso Blanco em 1873, na França, quando somente as regras de direito público foram aceitas para a solução do caso, porquanto o Estado aparecia como causador de dano a administrado.

QUESTÃO 63

Ainda sobre a responsabilidade civil do Estado, mais notadamente acerca da responsabilidade civil do Estado por ato judicial, assinale a opção que **não** contém argumentação utilizada para defender a inaplicabilidade da responsabilização do Estado por ato judicial.

- Ⓐ falibilidade judicial e suportabilidade das falhas pelo jurisdicionado
- Ⓑ identidade do juiz com o agente público
- Ⓒ ofensa à coisa julgada
- Ⓓ independência da magistratura

QUESTÃO 64

Assinale a opção correta acerca dos poderes administrativos.

- Ⓐ O poder discricionário é um poder regrado que confere à administração, para a prática de um ato, balizas minuciosamente descritas pela lei.
- Ⓑ O poder hierárquico é o poder-dever de punir internamente as faltas disciplinares dos servidores.
- Ⓒ Os poderes administrativos, que nascem com a administração, são meios de que esta se vale, por seus agentes, para obter os objetivos previstos em lei, razão pela qual são considerados como poderes instrumentais.
- Ⓓ O poder regulamentar é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, as atividades e os direitos individuais em benefício da coletividade.

QUESTÃO 65

A Constituição de 1988 nasceu em um momento político que tinha como paradigma a luta existente entre o comunismo e o capitalismo. Seguindo o exemplo de diversos países europeus, mesclando princípios de igualdade com liberdade, veio a Constituição de 1988 a se consubstanciar em uma Carta do *bem-estar social*, colocando o Estado como ser que não mais se abstém de *prestar*, mas que, tendo em vista a desigualdade social existente, passa a desempenhar atividades ao cidadão, *prestando-lhe* utilidades de forma a tornar sua vida mais digna. Abandonasse, assim, a concepção de estado *liberal*, que não resiste à experiência da primeira grande guerra mundial e à Revolução Russa de 1917, que determinaram a mudança de postura do Estado, passando de mero guardião da ordem a um Estado prestador e realizador do bem-estar dos cidadãos.

Adualdo de Lima Catão. O serviço público no direito brasileiro. Breves comentários acerca de sua natureza jurídica. Jus Navigandi, Teresina: ano 6, n.º 54, fev./2002. Internet: <www.jus2.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção **incorreta** acerca dos serviços públicos.

- Ⓐ A Constituição Federal não encerra todos os elementos para a perfeita identificação das atividades que caracterizam o serviço público, dependendo-se, para este mister, da integração da legislação infraconstitucional.
- Ⓑ O conceito de serviço público foi determinante para a separação entre direito público e privado, distinção esta que remonta à fase absolutista.
- Ⓒ A Constituição brasileira, em matéria de serviços públicos, deve ser interpretada considerando-se que ela é uma carta que dispõe sobre o bem-estar social e na qual, ao mesmo tempo, se previu a liberdade de iniciativa característica do regime capitalista, houve preocupação com a desigualdade social e se previu um Estado prestador de comodidades básicas ao cidadão por meio dos serviços públicos. Assim, deve-se levar em consideração essa realidade jurídica ao se analisar as formas de atuação do Estado.
- Ⓓ As atuações estatais, considerada a noção de serviços públicos, estão divididas em dois ramos básicos, quais sejam, as atividades próprias do Estado, que são os serviços públicos, e aquelas próprias dos particulares, mas que, dadas determinadas circunstâncias, poderiam sofrer intervenção estatal.

QUESTÃO 66

Em relação a culpabilidade, imputabilidade e punibilidade penal, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.
Gabriel, ciente de que sua conta bancária estava encerrada, emitiu um cheque em pagamento de mercadorias. Após constatar que o título não possuía fundos, seu beneficiário levou o fato ao conhecimento da autoridade policial, que instaurou o competente inquérito policial e, após sua conclusão, remeteu-o à justiça. Indiciado, Gabriel efetuou o pagamento antes do oferecimento da denúncia.
Nessa situação, a ação penal não poderá ser instaurada, pois a punibilidade foi extinta pelo pagamento do cheque.
- B** A coação moral irresistível é causa de exclusão da antijuridicidade, pois, se o sujeito pratica o fato sob grave ameaça, não concorre a liberdade psíquica em sua conduta, com a conseqüente exclusão da própria vontade, primeiro elemento do fato típico.
- C** A menoridade penal é causa de exclusão da imputabilidade, pois entende-se que o adolescente menor de dezoito anos possui desenvolvimento mental incompleto, sendo, portanto, isento de pena, por ausência de culpabilidade.
- D** O artigo do Código Penal que prevê as causas extintivas da punibilidade é taxativo, proibindo que sejam admitidas outras hipóteses extintivas além daquelas nele relacionadas.

QUESTÃO 67

Considerando que um sujeito tenha praticado determinado crime na vigência de uma lei que cominava pena de reclusão de 2 a 8 anos e que tenha surgido lei nova impondo pena menos severa, de 1 a 4 anos, à prática desse crime, assinale a opção correta quanto ao âmbito de eficácia temporal da lei penal.

- A** A lei nova, que impõe pena quantitativamente mais branda, deve ser aplicada nessa situação, pois o princípio da irretroatividade vige somente em relação à lei mais severa.
- B** Na referida situação, aplica-se somente a lei antiga, pois o Estado detém o direito adquirido de punir o criminoso com a pena mais severa.
- C** Na situação considerada, a lei anterior deve ser aplicada mesmo depois de cessada a sua vigência, visto que, por ser mais severa, possui ultra-atividade.
- D** A lei nova deverá ser aplicada nessa situação, pois deixou de considerar como infração um fato anteriormente punido, retroagindo em face da hipótese da *abolitio criminis*.

QUESTÃO 68

Julgue os seguintes itens, relativos à eficácia da lei penal no espaço.

- I Considere que, na fronteira Brasil-Bolívia, um cidadão brasileiro, que se encontre em território nacional, atire em outro, em solo boliviano, vindo este a falecer. Nessa situação, aplica-se a lei brasileira, pois o Código Penal adotou a teoria da ubiqüidade.
- II Considere que um delito tenha sido cometido a bordo de aeronave brasileira de propriedade privada, em vôo sobre território estrangeiro, sem escalas, sendo estrangeiros os sujeitos ativo e passivo. Nessa situação, se o país estrangeiro competente para a intervenção se mostrar desinteressado no exercício da pretensão punitiva por motivos irrelevantes, aplica-se a lei brasileira.
- III O princípio da extraterritorialidade excepcional incondicionada encontra aplicação nos crimes cometidos no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do presidente da República do Brasil.
- IV Considera-se praticado o crime no local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo irrelevante o lugar do comportamento do agente (ação ou omissão).

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
B 2.
C 3.
D 4.

QUESTÃO 69

Acerca dos sujeitos ativo e passivo da infração penal, assinale a opção **incorreta**.

- A** A pessoa pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do delito no que se refere à sua própria conduta.
- B** O Estado, como sujeito passivo do crime, pode assumir várias posições, entre elas a de sujeito passivo genérico, geral, constante, formal ou imediato em todos os crimes.
- C** A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo material do delito, desde que a descrição típica não pressuponha uma pessoa física.
- D** Nos casos em que a lei reclama determinada posição jurídica ou de fato do sujeito ativo para a configuração do delito, os crimes recebem a denominação de próprios, em contraposição aos delitos comuns.

QUESTÃO 70

No que se refere às causas excludentes de ilicitude e culpabilidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ O estado de necessidade é considerado excludente de culpabilidade, atuando como causa supralegal de exclusão, pois, quando o sacrifício do bem não for razoável, o agente deverá responder pelo crime, tendo direito à redução da pena.
- Ⓑ O particular, no exercício de função de mesário da justiça eleitoral, não é alcançado pela excludente do estrito cumprimento do dever legal, pois esta dirige-se somente aos funcionários ou agentes públicos em sentido estrito, que agem por ordem da lei.
- Ⓒ Quando o crime é praticado sob influência de violenta emoção ou paixão, exclui-se a culpabilidade, diminuindo-se a pena cominada ao delito.
- Ⓓ Todo fato penalmente ilícito é, antes de mais nada, típico. No entanto, pode suceder que um fato típico não seja necessariamente ilícito, ante a concorrência de causas excludentes, a exemplo da legítima defesa.

QUESTÃO 71

Quanto ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que Sérgio tenha ameaçado Joana com uma arma para que Joaquim, seu comparsa, subtraísse o veículo conduzido pela vítima. Nessa situação, Sérgio responderá pelo crime de ameaça e Joaquim, pelo crime de furto caracterizado pela subtração.
- Ⓑ Considere que um pai tenha deixado, negligentemente, as chaves do carro ao alcance do filho menor imputável que, dirigindo o veículo, causou, culposamente, a morte de terceiro. Nessa situação, o pai será co-autor do delito.
- Ⓒ A simples convivência não significa participação, pois, para que alguém possa responder pelo crime, deve ter, no mínimo, a vontade de com ele colaborar, não podendo ser responsabilizado por não ter impedido a execução do delito, salvo se presente o dever jurídico de impedir o resultado.
- Ⓓ Considera-se participe o autor mediato de um crime, pois quem pratica a conduta descrita no tipo penal é outra pessoa, que atua sem vontade ou consciência.

QUESTÃO 72

A respeito dos crimes contra a pessoa, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O delito de homicídio é crime de ação livre, pois o tipo não descreve nenhuma forma específica de atuação que deva ser observada pelo agente.
- Ⓑ Tentado ou consumado, o homicídio cometido mediante paga ou promessa de recompensa é crime hediondo, recebendo, por consequência, tratamento penal mais gravoso.
- Ⓒ No crime de rixa, a co-autoria é obrigatória, pois a norma incriminadora reclama como condição obrigatória do tipo a existência de pelo menos três autores, sendo irrelevante que um deles seja imputável.
- Ⓓ Para a caracterização do crime de calúnia, é imprescindível a imputação falsa de fato determinado e definido na lei como crime ou contravenção penal.

QUESTÃO 73

A Constituição Federal dispõe que a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na legislação brasileira, o caráter hediondo de determinada conduta independe de previsão legal, podendo ser conferido pelo juiz da causa a certos ilícitos penais, devido à gravidade do crime.
- Ⓑ O prazo da prisão temporária nos crimes hediondos será de trinta dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade. Para os outros crimes, o prazo da prisão temporária é de cinco dias, prorrogável por mais cinco.
- Ⓒ É cabível a liberdade provisória na hipótese de autuação em flagrante por crime hediondo, visto tratar-se de instituto cuja natureza não é a de regime de cumprimento de pena, mas de antecipação da liberdade sob certas condições.
- Ⓓ São considerados crimes hediondos, para efeitos da Lei n.º 8.072/1990, o homicídio simples, o homicídio qualificado, o latrocínio, a extorsão qualificada pelo resultado morte, o estupro, o atentado violento ao pudor e o tráfico de entorpecentes.

QUESTÃO 74

No que concerne à prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deixando o crime vestígios materiais, deve haver sempre exame de corpo de delito, direto ou indireto, isto é, a emissão de um laudo pericial atestando a materialidade do delito. Não sendo possível realizá-lo, a prova testemunhal poderá supri-lhe a falta, no caso de os vestígios terem desaparecido.
- Ⓑ O exame de corpo de delito somente poderá ser realizado à luz do dia, ou seja, no horário compreendido entre 6 h e 18 h.
- Ⓒ No que tange à prova pericial, é admissível no processo penal a indicação de assistentes técnicos pelas partes, visando a análise da prova produzida pelos peritos oficiais com a consequente emissão de pareceres técnicos.
- Ⓓ Os laudos periciais deverão ser formulados, de regra, por dois peritos oficiais, admitindo-se, entretanto, que, na inexistência deles, o exame seja feito por um único perito, desde que pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, que poderá ser nomeada pelo juiz ou pela autoridade policial para o desempenho do encargo.

QUESTÃO 75

Com relação a jurisdição e competência, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A competência para o processo e o julgamento de crime de tráfico internacional de substância entorpecente é da justiça federal. Todavia, se, na comarca onde se deu o crime, não há juiz federal, quem julga é o juiz estadual.
- Ⓑ Denomina-se competência absoluta a hipótese de fixação de competência que não admite prorrogação. Assim, deve o processo ser remetido ao juiz natural determinado por normas constitucionais ou processuais penais, sob pena de nulidade do feito.
- Ⓒ A competência do tribunal do júri é privativa e encontra respaldo constitucional, cabendo-lhe julgar os crimes dolosos contra a vida, previstos em capítulo próprio do Código Penal. Entretanto, quando os jurados concluírem que a infração não é de sua competência, caberá ao juiz presidente julgar o processo e decidir o caso.
- Ⓓ Sendo o lugar da infração a regra geral para a fixação da competência, a competência territorial é absoluta, não sendo passível de prorrogação.

QUESTÃO 76

Um policial, passando-se por viciado, com o fim de comprar drogas, deu voz de prisão ao traficante, conduzindo-o à presença da autoridade policial competente, à qual apresentou o conduzido, juntamente com grande quantidade de droga apreendida em seu poder no ato da suposta venda.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A autoridade policial deve proceder à autuação em flagrante do conduzido por tráfico ilícito de substância entorpecente, devido à configuração da conduta referente à venda da substância.
- B Nessa situação, trata-se de crime impossível, pois a preparação do flagrante pela polícia tornou impossível a sua consumação.
- C Nessa situação, o fato é atípico e configura-se o flagrante forjado, pois integralmente composto por terceiros.
- D Caberá à autoridade policial a autuação em flagrante do conduzido não pela venda da substância, mas porque trazia ou tinha em depósito substância entorpecente destinada ao comércio ilícito, sendo tais condutas preexistentes à ação policial.

QUESTÃO 77

Com referência à prisão cautelar requerida pelo Ministério Público após o oferecimento de denúncia, assinale a opção correta.

- A Em se tratando de medidas cautelares, quando presentes os pressupostos e requisitos, deve ser deferido o pedido de prisão preventiva nas hipóteses de crimes culposos punidos com detenção, desde que o requerido não seja primário e não tenha bons antecedentes.
- B Para o deferimento da medida cautelar extrema, é suficiente o indício de autoria, visto que a materialidade torna-se secundária diante das evidências e, sendo incontroversos, os fatos não precisam ser provados.
- C Indícios de autoria, certeza da existência do crime e prova de ser o acusado vadio são suficientes para ser decretada a prisão.
- D O deferimento da medida cautelar deve ter como fundamento os pressupostos previstos no Código de Processo Penal, devendo o juiz fundamentar a sua decisão.

QUESTÃO 78

Quanto a ação penal e suas espécies, assinale a opção correta.

- A Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial deve ser iniciado mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal.
- B A representação do ofendido, nos crimes cuja ação penal é a ela condicionada, pode ser retratada a qualquer tempo, respeitado, porém, o prazo prescricional do delito.
- C Tratando-se de ação penal privada, não subsidiária da pública, o Ministério Público não pode aditar a queixa nem intervir nos atos subsequentes do processo.
- D A ação penal pública condicionada é promovida por meio de requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

QUESTÃO 79

Acerca do *habeas corpus*, assinale a opção **incorreta**.

- A Há *habeas corpus* liberatório quando já existe constrangimento ilegal e o sujeito já está preso e *habeas corpus* preventivo, quando há ameaça real de constrangimento ilegal, mas ainda não foi expedido mandado de prisão.
- B Os efeitos benéficos decorrentes da concessão de *habeas corpus* poderão ser estendidos de ofício aos co-réus, alheios à impetração do pedido, mas que se encontrem em situação fático-jurídica idêntica.
- C Pelo sistema processual penal em vigor, inexistente previsão legal de recurso de ofício das sentenças concessivas de *habeas corpus*.
- D O *habeas corpus* possui o caráter mandamental, envolvendo a ordem dada pelo juiz para que a autoridade coatora cesse imediatamente a constrição, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo de outros delitos, caso existam.

QUESTÃO 80

No que tange aos processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a opção correta.

- A O procedimento especial previsto na lei processual penal para os crimes de responsabilidade de funcionário público alcançam, conforme o caso, o presidente da República e seus ministros de Estado, quando acusados de crimes praticados no exercício da função ou mandato.
- B Oferecida a denúncia ou a queixa, deverá o juiz, antes de recebê-la, ordenar a notificação do acusado para, dentro de 15 dias, contestar a acusação. Essa é uma das particularidades do procedimento especial para o processo e o julgamento dos delitos funcionais.
- C Em processos dessa natureza, é vedada a instauração de inquérito policial, pois, conforme determina a lei processual, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação dessas peças.
- D O procedimento especial é voltado para todos os crimes de natureza funcional, alcançando os delitos tipificados como excesso de exação e facilitação de contrabando ou descaminho, que são inafiançáveis.

QUESTÃO 81

A respeito do contrato de seguro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se, na vigência do contrato de seguro de vida, ocorrer o suicídio do segurado, o beneficiário não poderá reclamar o pagamento do capital segurado, porque o suicídio é sempre voluntário, não podendo, portanto, ser considerado um acidente, o qual exige, para configurar-se, a ocorrência de evento involuntário, externo e súbito ou violento, oriundo da ação do homem, da natureza, de caso fortuito ou de força maior.
- Ⓑ Se, no contrato de seguro, constar cláusula resolutória expressa, a mora no pagamento das prestações relativas ao prêmio implica justa causa para a recusa do pagamento da indenização, desconstituindo, assim, automaticamente, a relação contratual existente entre o segurado e o segurador, independentemente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial.
- Ⓒ Tratando-se de apólice nominativa de contrato de seguro de automóvel, a transferência a terceiro com a alienação do veículo implica a transmissibilidade automática dos direitos inerentes ao contrato de seguro, visto que o direito à indenização é acessório e, como tal, se prende à coisa, acompanhando-a quando alienada. Assim, a transferência da mencionada apólice produz efeitos em relação ao segurador, ainda que este não seja informado da transferência ou não concorde com ela, porque o contrato tem por objetivo assegurar os riscos do bem e não os do seu proprietário.
- Ⓓ Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária, exige-se que o segurado tenha direta e intencionalmente agido de forma a aumentar o risco objeto do contrato. Somente o fato exclusivo do segurado pode ser invocado como excludente de responsabilidade do segurador e, mesmo assim, quando se tratar de dolo. A culpa não exclui a responsabilidade do segurador, porque a culpa, qualquer que seja a sua gravidade, caracteriza-se pela involuntariedade, pela incerteza, produzindo resultado não desejado.

QUESTÃO 82

No que se refere ao inadimplemento das obrigações, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Para conceder a indenização de perdas e danos, o juiz deve considerar se houve dano emergente, que consiste em prejuízo real ao patrimônio do credor, e lucro cessante, relativo à privação de um ganho pelo credor, ou seja, o lucro que ele deixou de auferir em razão de descumprimento da obrigação pelo devedor.
- Ⓑ Para que se configure a mora do devedor, é preciso que o inadimplemento total ou parcial da obrigação decorra de fato ou de omissão imputável ao devedor. Durante o atraso no cumprimento da obrigação, o devedor responde pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros e correção monetária, mesmo ocorrendo caso fortuito ou de força maior, salvo na ausência de culpa ou no caso em que, mesmo cumprida a obrigação a termo, o dano sobrevenha.
- Ⓒ Considere que os contratantes estipulem expressamente o direito de arrependimento, tornando o contrato resolúvel, porém, com os ônus da perda do sinal dado em benefício da outra parte ou de sua restituição mais o equivalente. Nesse caso, se qualquer das partes desistir do contrato, as arras funcionam como cláusula penal pelo inadimplemento da obrigação; no entanto, quando estas forem fixadas em valor irrisório ou quando restar provado que a parte inocente sofreu prejuízo superior ao recebido, o juiz pode, licitamente, fixar indenização suplementar.
- Ⓓ Nos contratos bancários, a comissão de permanência possui natureza jurídica tanto de juros remuneratórios quanto de correção monetária. Por esse motivo, ela não pode ser cobrada cumulativamente com quaisquer outros encargos, ainda que haja previsão contratual.

QUESTÃO 83

Assinale a opção correta acerca do casamento.

- Ⓐ É nulo o casamento realizado com infração a qualquer das causas suspensivas. Essas circunstâncias obstam a realização do casamento e constituem motivo para a invalidação do ato.
- Ⓑ O casamento nulo ou anulável pode ser convalidado e, portanto, produzir todos os efeitos do casamento válido se restar provado que foi contraído de boa-fé por um ou ambos os cônjuges. Por outro lado, se for comprovada a má-fé de ambos os cônjuges, ainda que se suprima o impedimento, os efeitos civis somente beneficiarão os filhos.
- Ⓒ Declarada a nulidade de um casamento putativo, portanto, reconhecida a má-fé de ambos os cônjuges, a sentença retroagirá à data da celebração do casamento, sem prejudicar a aquisição de direitos. Assim, ainda que não seja adotado o regime legal, os bens adquiridos durante o casamento devem ser partilhados em partes iguais entre os cônjuges.
- Ⓓ O regime de bens adotado em pacto antenupcial pode ser validamente modificado pelos nubentes por meio de escritura pública, desde que, no ato da celebração do casamento, declinem o regime que deve prevalecer.

QUESTÃO 84

No tocante às relações de parentesco, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de falecimento de mãe que esteja com a guarda de filho menor, o pai deve assumir a responsabilidade de guarda, visto que, falecendo um dos pais, permanece o outro no exercício do poder familiar, exceto quando ficar devidamente provado que o sobrevivente não tem condições de ter a criança ou adolescente em sua companhia.
- Ⓑ Para o critério de classificação e de contagem do parentesco, adota-se, no ordenamento jurídico brasileiro, a linha como sendo a vinculação da pessoa a tronco ancestral comum. O grau de parentesco é o número de gerações existentes entre dois parentes. Assim, os irmãos são parentes em primeiro grau, e os primos e tios, em segundo grau.
- Ⓒ A afinidade é o parentesco que se estabelece entre cada cônjuge e os parentes do outro. Esse tipo de parentesco, no qual não há limitação de grau, não está sujeito à extinção, mesmo com a dissolução do casamento ou da união estável que o originou.
- Ⓓ A lei permite que um dos cônjuges adote o filho do outro, ainda que conste no assento de nascimento do adotando a filiação biológica, bastando, para tanto, que se comprove tão-somente a convivência com o menor e se demonstre que a medida visa ao interesse do adotando.

QUESTÃO 85

A respeito dos direitos das coisas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A preferência das hipotecas entre os vários credores hipotecários ocorre pela ordem cronológica do vencimento do título constitutivo, ou seja, paga-se integralmente ao credor hipotecário cujo título vença primeiro e, depois de satisfeito este, paga-se ao segundo credor ou ao terceiro, conforme a ordem cronológica do vencimento do título.
- Ⓑ O direito de retenção consiste na faculdade do possuidor de boa-fé de manter o poder fático sobre a coisa alheia, objetivando receber do retomante a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis nela realizadas.
- Ⓒ No usufruto, a propriedade é fracionada, pois, enquanto o usufrutuário retira proveito econômico da coisa, remanesce em poder do nu-proprietário o conteúdo do direito, ou seja, a faculdade de disposição da coisa em sua substância, podendo este alienar, instituir ônus real ou dar qualquer outra forma de disposição ao objeto. Assim, o usufrutuário tem a posse direta e justa do bem alheio, podendo desfrutar da coisa como se fosse própria, contudo sem alterar-lhe a substância. Na defesa da posse, o usufrutuário pode valer-se dos remédios possessórios contra terceiros, mas não contra o nu-proprietário, que tem a posse indireta.
- Ⓓ A tolerância do poder público quanto à ocupação dos bens públicos de uso comum ou especial por particulares faz nascer, para estes, direito assegurado pelos interditos possessórios, transmudando-se a posse precária em permissão de uso.

QUESTÃO 86

Com relação ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- Ⓐ O co-herdeiro tem preferência na aquisição da quota hereditária sobre pessoa estranha à sucessão, desde que se trate de cessão a título oneroso. Esse direito de preferência existirá se o co-herdeiro quiser pagar o mesmo que pagaria o terceiro, ou seja, em igualdade de condições, esse haverá para si a quota-parte do co-herdeiro cedente, preferindo o terceiro.
- Ⓑ Se uma pessoa falecer, deixando bens e, como herdeiro legítimo, apenas um irmão, este deverá receber a totalidade da herança, salvo se houver deliberação em contrário do *de cuius*. Essa pessoa poderia, por meio de testamento, dispor livremente de sua metade disponível, em favor de terceiros, desde que assegurasse, ao seu parente colateral, o direito à legítima parte na herança.
- Ⓒ O direito de representação ocorre quando a lei chama certos parentes do falecido a sucederem em todos os direitos em que ele sucederia se vivo fosse e ocorre na linha descendente e ascendente. Assim, como não há representação de pessoa viva, ninguém pode suceder, representando o herdeiro renunciante ou excluído.
- Ⓓ O patrimônio deixado pelo *de cuius* permanece indiviso até a partilha, de forma que cada herdeiro é titular da universalidade da herança. No entanto, é lícito que um dos co-herdeiros reclame essa herança a um terceiro que indevidamente a possua, porque este pode, legitimamente, opor-lhe, em exceção, o caráter parcial do direito daquele nos bens da sucessão.

QUESTÃO 87

José, brasileiro, viúvo, ainda em vida, por meio de escritura pública e sem anuência dos demais herdeiros necessários, fez a doação do apartamento de sua propriedade, local onde residia, para sua filha Maria. O doador não possuía qualquer outro bem ou renda que pudessem garantir-lhe a subsistência durante o período que antecedeu a sua morte. Maria, solteira, residia em companhia de seu pai; os demais herdeiros tomaram conhecimento da doação, depois da morte de José.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da doação e do direito das sucessões.

- Ⓐ A doação entre ascendente e descendente sem a anuência dos demais descendentes é anulável quando se tratar de doação universal, isto é, de todo o patrimônio do doador.
- Ⓑ Considerando-se que José viveu em companhia de Maria até à época de sua morte, a referida doação é remuneratória dos serviços que a donatária prestou ao doador e, portanto, não está sujeita à colação.
- Ⓒ Quando da abertura da sucessão, os herdeiros legítimos que se sentirem prejudicados, por qualquer ato de disponibilidade do patrimônio a que teriam direito por herança, a título gratuito ou oneroso, podem requerer, legitimamente, que seja declarado no inventário, tudo aquilo que foi objeto de disponibilidade pelo *de cuius* e requerer a colação dos bens que estiverem indevidamente em poder de terceiros.
- Ⓓ As causas de nulidade das doações universal e inoficiosa são diversas. Ocorre a primeira com a doação de todos os bens ou o único bem o que eiva de nulidade todo o contrato. No caso da segunda, a inoficiosa, a eficácia não atinge todo o contrato, senão apenas na parte excedente, fazendo, portanto, a redução.

QUESTÃO 88

A respeito da coisa julgada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o juiz não enfrenta o mérito, sua decisão não faz coisa julgada material, podendo ser reexaminada e decidida no mesmo processo, se acaso uma das partes desejar rediscutir a matéria.
- Ⓑ Ocorrendo o trânsito em julgado da sentença, esta se torna irrecurável, seja porque transcorrido o prazo recursal, seja porque esgotados todos os meios processuais cabíveis, surgindo, então, a coisa julgada.
- Ⓒ A sentença produz efeitos tão-somente entre as partes da relação processual controvertida e dentro do processo em que foi prolatada a decisão, o que torna o seu conteúdo e todas as questões decididas, ainda que incidentalmente e como prejudiciais, imutáveis e indiscutíveis.
- Ⓓ A coisa julgada torna a sentença imutável nos exatos limites da decisão, englobando a decisão na parte inseparável, ou seja, no pronunciamento do juiz sobre o pedido do autor e sobre os motivos que o levaram a decidir daquela forma.

QUESTÃO 89

Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- Ⓐ A nomeação à autoria, que é cabível em todas as causas do processo de cognição processadas pelo procedimento ordinário ou sumário, tem por finalidade corrigir ilegitimidade passiva da causa. Por ser medida obrigatória, o réu deve alegar ser parte ilegítima e nomear à autoria a parte passiva verdadeira, sob pena de ser condenado a reembolsar os prejuízos causados ao autor da ação.
- Ⓑ O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu ampliar o pólo passivo da demanda, incluindo no processo aquele com quem mantém relação jurídica de direito material, com o objetivo de garantir o exercício do direito de regresso por sua eventual condenação.
- Ⓒ Tratando-se de litisconsórcio passivo necessário, seja simples, seja unitário, quando houver um número muito grande de litisconsortes no processo, o juiz poderá recusar a formação do litisconsórcio ou limitar o número de litigantes e determinar o desdobramento das ações.
- Ⓓ Feita a denúncia da lide pelo réu, não é cabível a condenação do denunciado em favor do autor que nenhum pedido tenha formulado em face desse denunciado. Assim, em apenas um ato judicial, duas condenações são proferidas: uma contra o denunciante em favor do outro demandante e outra contra o denunciado, em favor do denunciante, desde que este tenha saído vencido na ação principal e tenha ficado provada a responsabilidade do primeiro.

QUESTÃO 90

Com relação à prova judiciária no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na busca da verdade real e visando formar sua livre convicção acerca dos fatos alegados pelas partes, o juiz deve aceitar como válida a prova emprestada, ainda que produzida sem contraditório e sem a participação da parte contra a qual se pretende usá-la.
- Ⓑ Na fase da instrução do processo, as partes devem produzir todas as provas de suas alegações. O autor deve requerer, na petição inicial, a produção da prova que entender necessária, e o réu, na contestação. Caso seja trazido documento ou fato novo em contestação ou ocorra fato superveniente no curso do processo, considerando-se que tenha ocorrido para o autor a preclusão, cabe ao juiz, se entender necessário para o seu convencimento, determinar, de ofício, a realização da prova.
- Ⓒ No sistema jurídico brasileiro, vigora, na apreciação da prova, o princípio da persuasão racional, ou do livre convencimento fundamentado. Toda decisão deve ser devidamente motivada pelo que consta dos autos, limitada ao pedido formulado pela parte e obtida mediante a aplicação das regras processuais formais.
- Ⓓ Ao autor impõe-se o ônus da comprovação dos fatos constitutivos de seu direito, ainda que esses fatos não sejam contestados pelo réu. Entretanto, a lei dispensa, por desnecessária, a prova relativa aos fatos notórios ou àqueles afirmados por uma parte e confessado pela parte contrária.

QUESTÃO 91

Acerca da sentença proferida no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Vige, no Brasil, o sistema processual da substanciação, segundo o qual os fatos narrados influem na delimitação objetiva da demanda e, logicamente, da sentença. Assim, é nula a sentença que não procede à análise de todos os fundamentos jurídicos invocados pelas partes, ainda que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
- Ⓑ Ao ser resolvida uma questão incidente, o juiz poderá proferir sentença ou decisão interlocutória. O ato processual será sentença se, decidindo o incidente, o juiz puser termo ao processo sem resolução de mérito, e será decisão interlocutória, quando o ato decisório não encerrar a relação processual.
- Ⓒ Nas hipóteses em que o autor não consegue provar o fato constitutivo de seu direito, ele deve arcar com as conseqüências da ausência ou insuficiência de provas, que implicam extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento regular do processo.
- Ⓓ A sentença que decide a causa diferente da que foi posta em juízo ou contrária ao pedido do autor pode ser corretamente definida como sentença de improcedência da ação. Essa sentença pode ser objeto de apelação, e o tribunal, por ocasião do julgamento, dará ou não provimento ao recurso, para confirmar ou reformar a sentença.

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta a respeito dos recursos no processo civil.

- Ⓐ Os embargos infringentes são cabíveis contra decisão não unânime que tenha reformado a sentença de mérito proferida em sede de apelação ou houver julgado procedente ação rescisória. Os limites desses embargos, definidos pelo inteiro teor do voto vencido, têm como finalidade a prevalência da conclusão do voto minoritário.
- Ⓑ Uma vez concedida a medida liminar ou a tutela antecipada, seja no início do processo, seja durante o seu curso, ela deve ser confirmada ou revogada na sentença que decidir a lide. O recurso de apelação interposto contra essa sentença será recebido no duplo efeito.
- Ⓒ São cabíveis embargos de declaração utilizados com finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada, com efeito modificativo da decisão embargada, desde que assegurado o contraditório, isto é, intimada a parte adversa para se manifestar quanto ao recurso.
- Ⓓ O princípio da proibição da reforma para pior, *reformatio in pejus*, não se aplica nas hipóteses de julgamento dos recursos de reexame necessário em que a fazenda pública figura como parte interessada e nas da sentença onde ocorre a sucumbência recíproca dos litigantes.

QUESTÃO 93

No que se refere a competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que seja ajuizada uma ação ordinária perante a justiça federal e, logo após, outra que lhe é conexa, perante a justiça estadual. Nesse caso, em face da exigência legal da reunião das ações para receberem julgamento conjunto, a fim de se evitarem decisões conflitantes, a ação proposta na justiça estadual deverá ser remetida ao juiz federal.
- Ⓑ A competência para determinar a suspensão da execução da sentença, com fundamento no ajuizamento de ação rescisória, é do juiz da causa em que a sentença foi proferida.
- Ⓒ Se o cônjuge mulher ajuizar ação de separação de corpos, o juízo perante o qual a ação foi distribuída torna-se competente, por prevenção, para processar e julgar a ação de separação judicial proposta por quaisquer dos cônjuges, ainda que modifiquem seu domicílio.
- Ⓓ Considere que, perante juízo de comarca diversa e distinta do local do fato e da residência do autor e do réu, tenha sido proposta ação de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito. Considere também que, depois de ter recebido a petição inicial, o juiz tenha verificado que as testemunhas arroladas pelo autor residiam no local onde ocorreu o sinistro. Nessa situação peculiar, é facultado ao juiz, de ofício, reconhecer sua incompetência e remeter o processo para o juízo do local do fato, fundamentando a sua decisão nos princípios da razoabilidade e na busca da verdade real.

QUESTÃO 94

Quanto à resposta do réu, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Reconvenção é a ação do réu contra o autor, oferecida como defesa dentro de processo já iniciado. Assim, o oferecimento de reconvenção pelo réu faz instaurar relação processual nova, distinta e paralela à que se fez inaugurar com a propositura da ação pelo autor contra aquele réu.
- Ⓑ Em observância ao princípio da eventualidade ou da concentração da defesa, em regra, o réu tem o ônus de argüir, na contestação, todas as teses de direito possíveis e congruentes entre si, sob pena de preclusão do direito de invocar, em fases posteriores do processo, matéria de defesa não manifestada na contestação.
- Ⓒ A exceção de suspensão e impedimento pode ser oposta pelo autor, pelo réu, pelo terceiro interveniente ou pelo Ministério Público, quando este atua como fiscal da lei, e deve ser argüida dentro de 15 dias da data do conhecimento do fato que ocasionou o impedimento ou a suspeição do juiz. Entretanto, somente o réu, no prazo da resposta, tem legitimidade para opor exceção de incompetência.
- Ⓓ Se, depois de apresentada a contestação, ocorrer a prescrição ou a decadência da pretensão do autor, somente o juiz, de ofício, pode conhecer da matéria, não sendo permitido ao réu alegar tal defesa, em face da preclusão consumativa e ofensa ao princípio da eventualidade.

QUESTÃO 95

Acerca dos atos de comunicação processual, assinale a opção correta.

- Ⓐ A intimação é o ato de comunicação processual com que se dá ciência a alguém de outro ato já praticado ou o de convocar a parte a fazer ou abster-se de fazer alguma coisa. No curso do processo, como regra e em razão do princípio do impulso oficial, as intimações não dependem de provocação das partes e são efetuadas de ofício.
- Ⓑ Realizada a citação, ainda que ordenada por juiz incompetente ou o ato processual padeça de alguma irregularidade, há o efeito interruptivo da prescrição, que retroagirá à data da propositura da ação. No entanto, se for reconhecida a nulidade da citação, o prazo prescricional voltará a fluir após o trânsito em julgado da decisão.
- Ⓒ Se, depois de recebida a petição inicial, o juiz constatar que o autor deixou de promover ação contra os demais legitimados passivos, ou seja, que a situação de direito material é incindível, ele deverá determinar, de ofício, a citação de todos aqueles que devem responder a ação em litisconsórcio necessário passivo.
- Ⓓ Em se tratando de pessoa física, ainda que menor ou incapaz, a citação pela via postal deve ser encaminhada ao endereço onde se encontra a parte ré, sendo desnecessário que a carta citatória seja recebida pelo próprio citando ou por seu representante legal.

QUESTÃO 96

Considerando a Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Por disposição expressa, aos crimes que não estão abrangidos na Lei n.º 9.099/1995 também cabe a suspensão condicional do processo, tanto nas ações penais por crimes de menor potencial ofensivo com naquelas de competência do juízo comum quanto nas infrações penais da justiça especial.
- Ⓑ Na ação penal de iniciativa pública, não havendo composição civil ou transação, o Ministério Público deverá oferecer ao juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.
- Ⓒ O crime de ameaça, por cominar pena máxima não superior a um ano de detenção e não estar inserido em qualquer procedimento especial, deve ser processado e julgado de acordo com o trâmite da Lei n.º 9.099/1995.
- Ⓓ O conceito de ilícito de menor potencial ofensivo assemelha-se ao conceito de crime de bagatela pelo princípio da insignificância, pois há exclusão da tipicidade, conforme doutrina prevalente.

QUESTÃO 97

Acerca da Lei n.º 9.455/1997, que define os crimes de tortura, assinale a opção correta.

- A** O crime de tortura visando a obtenção de informação, declaração ou confissão da vítima é crime próprio, pois somente pode ser cometido por agentes públicos.
- B** Na tortura designada como tortura discriminatória, em que a violência ou a grave ameaça são motivadas por discriminação racial, a ação penal é pública condicionada à representação da vítima, nos moldes dos crimes de racismo, tipificados em legislação própria.
- C** A denominada tortura para a prática de crime ocorre quando o agente usa de violência ou grave ameaça para obrigar a vítima a realizar ação ou omissão de natureza criminosa. Assim, essa forma de tortura não abrange a provocação de ação contravencional.
- D** A configuração do crime de tortura não absorve os delitos menos graves decorrentes do emprego da violência ou grave ameaça, a exemplo dos crimes de maus-tratos, lesões corporais leves, constrangimento ilegal, ameaça e abuso de autoridade.

QUESTÃO 98

Suponha que Mariana, companheira de Joaquim há 10 anos, seja agredida fisicamente pelo companheiro, resultando-lhe lesões de natureza leve. Levado o fato ao conhecimento da autoridade policial, é correto afirmar que,

- A** tratando-se de violência doméstica, a ação penal referente ao crime é privada, estando, portanto, condicionada ao requerimento da ofendida.
- B** diante da legislação em vigor, a autoridade policial deve, de imediato, representar à autoridade judiciária, solicitando o afastamento do lar do agressor e a proibição de aproximação da vítima.
- C** sendo leve a natureza das lesões, o procedimento deve seguir o rito preceituado pela Lei n.º 9.009/1995, uma vez que se trata de delito de menor potencial ofensivo.
- D** uma vez observados os requisitos legais pertinentes, cabe à autoridade policial proceder à prisão em flagrante do agressor, arbitrando-lhe fiança ao final do procedimento.

QUESTÃO 99

Rafael, adolescente de 16 anos, durante a prática de furto em uma loja de departamentos, foi flagrado pelos seguranças do estabelecimento e apresentado à delegacia de polícia competente. Lavrado o procedimento policial, o adolescente foi encaminhado à Vara da Infância e da Juventude.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Restando demonstrado que o adolescente é estudante assíduo, integrado à família e sem qualquer outro antecedente infracional, o representante do Ministério Público pode, antes de iniciado o procedimento judicial, conceder a remissão, como forma de exclusão do processo.
- B** A remissão concedida implica, necessariamente, o reconhecimento da responsabilidade do adolescente, prevalecendo, portanto, para efeitos de antecedentes.
- C** Mesmo que o adolescente não registre antecedentes, pode ser aplicada a medida de internação, sob o argumento de que a medida socioeducativa deve servir de parâmetro à compreensão do adolescente no tocante ao desvalor da conduta perpetrada.
- D** O procedimento judicial levado a efeito pelo juízo competente deve ser concluído no prazo máximo e improrrogável de 45 dias, não abrangendo, no entanto, o período recursal.

QUESTÃO 100

Julgue os próximos itens, relativos à lei de abuso de autoridade.

- I O termo autoridade é empregado na lei em seu sentido amplo, também se estendendo às relações privadas, a exemplo das relações pertinentes a certos encargos, como curatela e tutela.
- II Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, pode ser cominada a pena autônoma ou acessória, que é a proibição ao acusado de exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- III Com referência ao crime de abuso de autoridade, é pacífico e dominante na jurisprudência o entendimento de que a competência para processá-lo e julgá-lo, quando praticado por militar, é da justiça castrense.
- IV Os crimes previstos na lei de abuso de autoridade são de ação pública condicionada, visto que se exige, como condição de procedibilidade, a representação do ofendido.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.